3 — Gerir zonas de caça associativa ou participar na gestão de zonas de caça nacionais ou municipais.

4 — Contribuir para o fomento de recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça.

5 — Zelar pelas normas legais sobre a caça.»

Está conforme o original.

3 de Abril de 2007. — A Notária, *Anabela Silva e Sousa Carreira*.
2611040573

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO DOURO-NORTE

Anúncio (extracto) n.º 5603/2007

Certifico que, por escritura de 24 de Julho de 2007, exarada a fls. 143 e 144 do livro de notas para escrituras diversas n.º 34-C do Cartório Notarial de Murça, a cargo da notária licenciada Ana Isabel Belo Nogueira de Almeida, foram alterados os estatutos da associação sem fins lucrativos, denominada Associação Florestal do Vale do Douro-Norte, pessoa colectiva n.º 504039210, com sede na vila, freguesia e concelho de Murça, unicamente quanto ao n.º 1 do seu artigo 2.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

1 — A Associação tem a sua sede no concelho de Murça, mas poderá tê-la em qualquer outro concelho da sua área de actividades, podendo estabelecer delegações, ou outras formas de representação descentralizada, nos locais que achar conveniente e abrangerá os concelhos de Sabrosa, Murça, Alijó, Vila Real, Mesão Frio, Régua, Santa Marta de Penaguião e Valpaços.»

Está conforme.

26 de Julho de 2007. — A Notária, *Ana Isabel Belo Nogueira de Almeida*.

2611040565

CLUBE DE CAÇA DA TAPADA

Anúncio (extracto) n.º 5604/2007

Certifico que, por escritura de 2 de Agosto de 2007, exarada de fls. 93 a 94 do livro de notas n.º 109-A, deste Cartório, foi feita a alteração de estatutos da associação Clube de Caça da Tapada, pessoa colectiva n.º 50211771, com sede em Casal da Mota, Tapada, concelho de Almeirim, tendo sofrido a seguinte alteração ao artigo 2.º, dos respectivos estatutos, o qual fica com a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

Objecto social

O Clube de Caça da Tapada tem como objectivo:

a) Proteger e defender o desenvolvimento das espécies e solicitar às autoridades competentes o necessário apoio para esse fim;

b) Realizar ou coadjuvar caçadas e concursos de tiro, bem como provas e treinos de caçadores e cães de caça e bem assim outras actividades que se relacionem com a existência do clube;

c) Cooperar em quaisquer manifestações desportivas ou festivas quando daí possam resultar vantagens para o clube, para o desporto da caça, tiro, provas de treino de caçadores e de cães de caça, e bem assim quaisquer outras actividades que se relacionem com a existência e finalidades do clube;

d) O seu objectivo principal é gerir zonas de caça associativas e ou participar na gestão de zonas de caça nacionais ou municipais, assim como contribuir para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça e zelar pelas normas legais sobre a caça. O fomento piscícola e exercício da pesca, concursos de pesca e actividades conexas; exploração de postos de criação artificial de caça e espécies piscícolas, instalação e manutenção de campos de treino de caça e desporto de tiro.»

Está conforme ao original e certifico que na parte omitida nada há em contrário ou além do que neste se narra ou transcreve.

2 de Agosto de 2007. — A Notária, *Isabel Maria Raimundo de Oliveira Filipe Batista Marques*.

2611040604

GROW INVESTIMENTOS — GESTÃO DE PATRIMÓNIOS, S. A.

Balancete n.º 131/2007

Sede: Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco, 26, 1070-110 Lisboa.

Capital social: € 275 000.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 13 365.

Número de identificação de pessoa colectiva 502534877.

Balanco em 30 de Junho de 2007 e 2006

(Em euros)

	Ano			Ano anterior
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3=1-2)	
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	739		739	792
Disponibilidades em outras instituições de crédito	258 594		258 594	260 097
Investimentos detidos até à maturidade	20 790	330	20 460	16 109
Outros activos tangíveis	414 693	173 450	241 243	146 142
Activos intangíveis	76 231	67 509	8 722	503
Activos por impostos correntes	6 025		6 025	0
Outros activos	297 733		297 733	403 752
<i>Total do activo</i>	1 074 806	241 289	833 517	827 396

(Em euros)

	Ano	Ano anterior
Passivo		
Provisões	1 687	375
Outros passivos	198 287	201 206
<i>Total do passivo</i>	199 974	201 581

(Em euros)

	Ano	Ano anterior
Capital		
Capital	275 000	275 000
Outras reservas e resultados transitados	216 799	204 691
Resultado do exercício	141 744	146 124
<i>Total do capital</i>	<u>633 543</u>	<u>625 815</u>
<i>Total do passivo + capital</i>	833 517	827 396

3 de Agosto de 2007. — A Administração: *Cármem Rodrigues dos Santos — Bernardo Matos.* — A Técnica Oficial de Contas, *Ana Paula Leitão.*

2611040539

GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DE MONTE FIDALGO

Anúncio (extracto) n.º 5605/2007

Por escritura pública, outorgada a 6 de Julho de 2007 no Cartório Notarial de Castelo Branco a cargo da notária licenciada Maria de Jesus Folgado Leal Prudente, lavrada a partir da fl. 65 do livro de notas para escrituras diversas n.º 70-G, foram alterados os estatutos da associação denominada Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Monte Fidalgo, com sede em Monte Fidalgo, freguesia de Perais, concelho de Vila Velha de Ródão, pessoa colectiva n.º 501755292, quanto ao artigo 1.º, cujo conteúdo actual passa a ser o seguinte:

«Artigo 1.º

A associação terá a denominação de Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Monte Fidalgo, tem por fim a formação desportiva, recreativa e cultural dos seus associados, gerir zonas de caça associativas, participar na gestão de zonas de caça nacionais e municipais, deverá prosseguir, designadamente, os seguintes fins:

- Contribuir para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça;
- Zelar pelas normas legais sobre a caça; e

tem a sua sede em Monte Fidalgo, freguesia de Perais, concelho de Vila Velha de Ródão.»

§ único. A sua duração é por tempo indeterminado a contar desta data.

6 de Julho de 2007. — A Notária, *Maria de Jesus Folgado Leal Prudente.*

2611040609

INSTITUTO SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Regulamento n.º 208/2007

Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso

Preâmbulo

No âmbito do Processo de Bolonha e com base no reconhecimento mútuo entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais e estrangeiros do valor da formação realizada e das competências adquiridas foi consagrada a mobilidade dos estudantes assegurada pelo sistema de europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS — European Credit Transfer and Accumulation System), particularmente através dos Decretos-Leis n.ºs 42/2005, de 22 de Fevereiro, e 74/2006, de 24 de Março. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 196/2006, de 10 de Outubro, promove as regras a que está sujeita a matrícula e ou inscrição em cursos de licenciatura e em ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre.

A recente Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril, veio, por sua vez, consagrar as regras sobre os novos regimes de reingresso, mudança de curso ou transferência para os alunos matriculados e inscritos em estabelecimentos e cursos de ensino superior português ou estrangeiro. Considerando a referida portaria, em especial o disposto no seu artigo 10.º, é criado o presente Regulamento de Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM).

Assim, ouvidos os órgãos académicos competentes e nos termos das alíneas e) e g) do artigo 12.º dos Estatutos do Instituto Superior

de Comunicação Empresarial, o director do ISCEM aprova o seguinte Regulamento:

Artigo 1.º

Objectivo e âmbito

1 — O presente Regulamento destina-se a regular os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso no ISCEM.

2 — O disposto no presente Regulamento aplica-se aos cursos em funcionamento no ISCEM, citados de acordo com os critérios de Bolonha no despacho n.º 23 691/2006, de 27 de Setembro, ao 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Comunicação Empresarial e ao despacho n.º 21 432/2006, de 28 de Setembro, ao 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Gestão de Marketing.

3 — O Regulamento pretende também definir a creditação da experiência profissional e da formação como acto formal, realizada perante uma comissão científica, a ser nomeada pelo conselho científico, que culmina com a prestação de um conjunto de provas. As provas de creditação incluem:

- Um *dossier* pessoal, organizado com a finalidade de documentar a experiência e formação a creditar, relativamente às competências referidas de formação definidas para o curso em que o candidato ingressa;
- Um trabalho teórico ou prático sobre a formação que se pretende demonstrar possuir;
- A defesa do trabalho teórico ou prático e do *dossier* pessoal perante a referida comissão, à qual compete aceitar ou rejeitar os pedidos de creditação recebidos.

SECÇÃO I

Mudança de curso

Artigo 2.º

Mudança de curso

«Mudança de curso» é o acto pelo qual um estudante se inscreve em curso superior diferente daquele em que praticou na última inscrição no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior.

Artigo 3.º

Condições para a mudança de curso

Pode requerer a mudança para um determinado curso o estudante que satisfaça uma das seguintes condições:

- Ter estado inscrito e matriculado num curso superior num estabelecimento de ensino superior nacional e não o tenha concluído;
- Ter estado inscrito e matriculado em estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa, quer o tenha concluído ou não.

Artigo 4.º

Creditação

1 — Cabe à comissão nomeada pelo conselho científico proceder à expressão em créditos das formações de que é titular e que sejam reconhecidas como integrantes dos planos de estudo do curso do ISCEM para o qual o aluno requer a mudança.

2 — Em caso de necessidade deve ser solicitada colaboração do estabelecimento de ensino superior de origem do estudante.